



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES CONSULTA PÚBLICA Nº 03/2021 - de 11/03/2021 a 26/04/2021

NOME: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A

<input checked="" type="checkbox"/> (x) agente econômico <input type="checkbox"/> () consumidor ou usuário			<input type="checkbox"/> () representante órgão de classe ou associação <input type="checkbox"/> () representante de instituição governamental <input type="checkbox"/> () representante de órgãos de defesa do consumidor		
Consulta Pública sobre a minuta de Resolução que institui o Programa de Monitoramento da Qualidade do Biodiesel e estabelece os requisitos para o credenciamento de laboratórios correlacionados					
ARTIGO DA MINUTA		PROPOSTA DE ALTERAÇÃO		JUSTIFICATIVA	
				Preliminarmente, a BR pondera que a análise de determinadas características do B100 armazenado nas bases, além de gerar custos, não viabilizará a identificação de problemas que estejam necessariamente fora das bases. É o caso dos ensaios de mono- di- e tri-acilglicerol, teor de glicerol e teor de éster. Isto posto, indicamos, a seguir, nossas sugestões para a minuta de Resolução proposta.	
		Art. 1º Esta Resolução institui o Programa de Monitoramento da Qualidade do Biodiesel e estabelece os requisitos para o credenciamento de laboratórios correlacionados. § 1º O Programa de Monitoramento da Qualidade do Biodiesel (PMQBio) inclui a coleta, o transporte e a realização de análises físico-químicas em amostras de biodiesel e de óleo diesel A por laboratório credenciado na ANP. § 2º Esta Resolução aplica-se ao às seguintes famílias de produtos: I – biodiesel; e II – óleo diesel A.		O biodiesel possui um histórico de problemas identificados no recebimento do produto nas bases, que resultam na devolução do mesmo às usinas. Já o óleo diesel A não tem problemas recorrentes que justifiquem a necessidade de monitoramento. O foco no biodiesel, fazendo <i>jus</i> ao nome do programa, concentraria a atenção e os recursos no produto com maior incidência de problemas no controle de qualidade.	

	<p>Art. 2º Os resultados obtidos pelo PMQBio serão utilizados para geração de indicadores da qualidade dos produtos utilizados na formulação de óleo diesel B comercializado em território nacional.</p> <p>Parágrafo único. O PMQBio não constituirá atividade de fiscalização com base na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e os resultados obtidos não poderão ser utilizados para fins de aplicação das sanções administrativas.</p> <p>Entretanto, a ANP adotará as medidas necessárias à identificação das causas dos desvios eventualmente apurados, e acionará os agentes para que não haja reincidência, podendo lhes aplicar sanções administrativas.</p>	<p>Sugerimos alterar a redação pois, a nosso ver, o programa deve verificar as anomalias ao longo da cadeia, sem prejuízo da adoção de medidas preventivas que visem evitar a continuidade dos problemas reportados.</p>
	<p>Art. 4º Os agentes econômicos ficam obrigados a contratar laboratório credenciado, por bloco de monitoramento, para coletar, transportar e realizar análises físico-químicas em amostras de biodiesel e óleo diesel A, de acordo com as regras dos Capítulos IV e V.</p>	<p>Conforme dito acima, sugerimos a exclusão do óleo diesel A do programa, visando concentrar esforços no acompanhamento da qualidade do biodiesel.</p>
	<p>Art. 7º Os agentes econômicos só poderão contratar o laboratório previamente credenciado pela Agência para o bloco de monitoramento que compreenda o município em que se localizem.</p>	<p>Entendemos que a contratação de laboratórios não deve ser restrita tal como proposto, a fim de permitir a escolha de qualquer um previamente credenciado pela ANP, ampliando as opções de contratação pelos agentes econômicos.</p>
	<p>Art. 9º A ANP poderá realizar, a qualquer tempo, vistoria no laboratório credenciado para a verificação das informações prestadas por meio da documentação exigida para o credenciamento.</p> <p>§ 1º Durante a vistoria, a ANP poderá requerer a realização das análises em sua presença, com o objetivo de comprovar o atendimento aos requisitos constantes desta Resolução e às boas práticas laboratoriais.</p> <p>§ 2º Para a manutenção do credenciamento, o laboratório ficará obrigado a participar dos programas interlaboratoriais coordenados pela ANP.</p>	

	§ 3º A ANP poderá convidar representantes de usinas e distribuidoras para participar das vistorias.	A sugestão de inclusão do novo § visa permitir a participação dos agentes econômicos nas vistorias.
	Art. 11 A ANP divulgará em seu sítio eletrônico na internet a lista de laboratórios credenciados e os serviços de coleta e de transporte aos laboratórios subcontratados de cada bloco de monitoramento.	A fim de evitar eventual ambiguidade, sugerimos explicitar que a subcontratação somente será permitida para os serviços de coleta e transporte das amostras ao laboratório.
	<p>Art. 13 Somente e laboratórios credenciados poderá poderão realizar os serviços de coleta, transporte e análise de amostras de combustíveis. no bloco de monitoramento determinado pela ANP.</p> <p>§ 1º O laboratório credenciado não poderá ter vinculação, nem possuir em seu corpo administrativo ou social pessoas diretamente ligadas a produtores de biodiesel, distribuidores de combustíveis, centrais petroquímicas, refinarias, postos revendedores ou outros agentes econômicos regulados pela ANP ou instituições a eles vinculadas, tais como sindicatos e associações.</p> <p>§ 2º Será facultado ao laboratório credenciado subcontratar, total ou parcialmente, o serviço de coleta e de transporte ao laboratório, desde que permaneça integralmente responsável pelos atos do subcontratado, o qual não poderá ter vínculo societário ou administrativo com quaisquer agentes econômicos regulados pela ANP.</p> <p>§ 3º Ficam proibidas a coleta e o transporte de amostras por produtor de biodiesel ou por distribuidor de combustíveis.</p> <p>§ 4º Os procedimentos para coleta, transporte e análises físico-químicas dos produtos deverão atender integralmente os procedimentos constantes no Manual de Procedimentos do Programa de Monitoramento da Qualidade do Biodiesel.</p> <p>§ 5º O serviço de coleta e transporte das amostras ao laboratório será considerado no processo de credenciamento do laboratório pela ANP.</p>	<p>Ajuste no <i>caput</i> em linha com a sugestão de não restringir a contratação de laboratórios, feita no art. 7º.</p> <p>Sobre os três novos § incluídos, decorrem do seguinte: levando-se em consideração que eventual falha na coleta e no transporte da amostra ao laboratório interfere diretamente no resultado final da análise, ainda mais em se tratando do biodiesel, produto sujeito a degradação mais rápida que outros combustíveis, se faz necessário um cuidado com essa etapa do programa, que garanta que a coleta seja realizada segundo as melhores práticas, observando as normas pertinentes à</p>

	<p>§ 6º Os laboratórios só poderão subcontratar empresas credenciadas pela ANP para execução do serviço de coleta e transporte das amostras ao laboratório.</p>	<p>atividade, tal qual a ABNT NBR 14883, bem como o manual de procedimentos do programa. Assim, parece razoável que as firmas subcontratadas para esta tarefa passem por um processo de credenciamento, assim como foi feito com os laboratórios, garantindo o mesmo nível de excelência em todas as etapas do programa.</p>
	<p>Art. 14 O contrato do PMQBio entre o agente econômico e o laboratório credenciado deverá contemplar, no mínimo, uma visita por semestre quadrimestre para as bases de distribuição de combustíveis líquidos e para-a usina de produção e produtor de biodiesel.</p> <p>§1º Os agentes econômicos poderão contratar análises com frequência maior do que a mínima estipulada no caput.</p> <p>§ 2º O agente que obtiver, anualmente, pelo menos 50% das amostras não conformes, será obrigado a aumentar a frequência de visitas no ano subsequente.</p> <p>§ 3º O agente que obtiver, anualmente, acima de 50% das amostras conformes, poderá, a seu critério, reduzir a frequência de visitas no ano subsequente.</p> <p>§ 4º Para fins de atendimento ao § 2º e § 3º, ficam estabelecidos os níveis de frequência de visitas, a serem considerados de forma sequencial: semestral (2 visitas ao ano), quadrimestral (3 visitas ao ano), trimestral (4 visitas ao ano)</p>	<p>As inclusões sugeridas refletem o entendimento de que as visitas devem ser mais frequentes, especialmente para os agentes que reiteradamente apresentarem amostras não conformes, a fim de se obter melhor controle de qualidade do produto.</p>
	<p>Art. 15 O agente econômico não poderá recusar a coleta de amostras de combustíveis pelo laboratório credenciado ou por aquele subcontratado para a realização dos serviços de coleta e transporte das amostras, durante a vigência de contrato com o laboratório credenciado.</p>	<p>Sugerimos explicitar que a subcontratação somente será permitida para os serviços de coleta e transporte das amostras ao laboratório.</p>

	<p>Art. 16 A coleta e o transporte de amostras deverão ser realizados pelo laboratório credenciado seguindo as regras definidas em edital, incluído o transporte das amostras ao laboratório no prazo máximo estipulado. Parágrafo único. A data da coleta tem caráter sigiloso até a sua realização, não sendo permitido informa-la previamente ao agente econômico ou a terceiros sob pena de perda do credenciamento do laboratório.</p> <p>§ 1º O frasco utilizado par a coleta deve seguir o mesmo padrão estabelecido pela ANP para as coletas realizadas para a fiscalização.</p>	<p>É necessário assegurar que o frasco não seja um meio de contaminação do combustível e ele seja o mesmo em todo o programa, bem como a quantidade a ser definida, reduzindo impactos causados pelo <i>head space</i>, entre outros.</p>
	<p>Art. 17 Em cada visita deverá ser coletada: I - nas usinas produtoras de biocombustível: no mínimo uma amostra de biodiesel em volume suficiente para a realização dos ensaios; e II - nas distribuidoras de combustíveis: no mínimo uma amostra de óleo diesel A e uma amostra de biodiesel, em volumes suficientes para a realização dos ensaios, quando a base dispuser de tanque segregado de biodiesel.</p>	<p>Sugerimos a exclusão do óleo diesel A do programa, visando concentrar esforços no acompanhamento da qualidade do biodiesel.</p> <p>Ademais, nem todas as bases de distribuição secundárias possuem tanques segregados, justificando a ressalva feita ao final.</p>
	<p>Art. 20 Os laboratórios credenciados serão obrigados a realizar as análises físico-químicas pelos métodos analíticos definidos no edital, em consonância com a legislação vigente. abaixo:</p> <p>I – Nas amostras coletadas em usinas produtoras de biodiesel: aspecto, ponto de entupimento de filtro a frio, contaminação total, estabilidade à oxidação a 110 °C, monoacilglicerol, diacilglicerol, triacilglicerol, glicerol livre e total, índice de acidez, teor de água e teor de éster;</p> <p>II – Nas amostras coletadas em bases de distribuição: aspecto, contaminação total, estabilidade à oxidação a 110 °C, índice de acidez, teor de água.</p>	<p>Algumas características do biodiesel são definidas no processo de produção do combustível, não sendo alteradas no transporte, recebimento e armazenagem do produto na base do distribuidor. Assim, a análise desses parâmetros na base de distribuição imputará injustamente ao distribuidor responsabilidade por vícios surgidos na origem do produto.</p>

	§1º Os laboratórios credenciados serão obrigados a realizar as análises físico-químicas pelos métodos analíticos definidos nos incisos I e II, em consonância com a legislação vigente.	
--	---	--

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: conspub_qualidade@anp.gov.br.